



A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE E NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA¹

Rossano Rafaelle Sczip²

Este ensaio busca refletir sobre as principais transformações desencadeadas no trabalho docente a partir da introdução de plataformas digitais de aprendizagem (PDA) e de ferramentas de gestão na educação pública paranaense. Identifica com um aspecto do capitalismo contemporâneo a adoção de ferramentas digitais de gestão, por empresas e governos, para gerenciar, controlar e padronizar processos educacionais, bem como intensificar o domínio do capital através da adaptação e incorporação das tecnologias digitais. Na rede estadual do Paraná, a imposição das PDA e das ferramentas de gestão têm gerado impactos profundos na atividade docente e, conseqüentemente nas aulas de História. Sob essa lógica, o trabalho do professor da escola pública vem sendo absorvido pelos interesses de produção e reprodução do capital.

Capitalismo de Plataforma e a educação pública no Paraná

O capitalismo de plataforma, fase do capitalismo que se baseia na exploração de dados e na intensificação do uso de tecnologias digitais, tem redefinido a lógica de geração de valor (Antunes, 2020; 2022). No Paraná³, plataformas digitais de aprendizagem (PDA) e aplicativos de gestão escolar são centrais na educação integrando

¹ As reflexões aqui contidas foram expostas no programa “Entrelaçando Histórias” – Episódio 1 – Plataformização do Ensino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7aj8FdxCJnk&t=1809s>. Acesso em: 14 out. 2024.

² Professor de História da rede pública estadual do Paraná. Doutorando do PPGE-UFPR. Membro do Observatório do Ensino Médio. Membro do Núcleo de Estudos Futuro Presente. rafalle1959@gmail.com.

³ Para uma análise mais aprofundada sobre a plataformização da educação paranaense, ver: BARBOSA, Renata P.; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *e-Curriculum*. v. 21, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619>. Acesso em: 14 out. 2024.

desde registros de presença até entrega de tarefas. Essas ferramentas transformam professores em executores de atividades repetitivas e extenuantes.

Entre as queixas mais ouvidas pelos professores está a falta de tempo para preparar suas aulas e ensinar seus conteúdos. Sentem-se reduzidos a meros apêndices da parafernália digital, restando-lhes o simples papel de atribuição de atividades, verificação de acessos por parte dos alunos, conferência de notas e toda ordem de tarefas sem sentido.

Os professores percebem que todo o seu potencial crítico e criativo é sobrepujado por atividades manuais, cujo único objetivo é gerar informações para alimentar a economia de dados e a desfaçatez do governo em anunciar tal modelo como sinônimo de qualidade.

As plataformas capturam dados sobre o desempenho e o comportamento dos alunos, transformando a educação em um ambiente que se assemelha a uma empresa, onde se avalia e classifica continuamente na busca de metas. Com isso, o capitalismo de plataforma não só redefine o papel do professor, mas também a própria natureza da educação, afastando-a de suas potencialidades democráticas, críticas e transformadoras.

Assim, o trabalho de professor nas redes públicas, não só do Paraná, mas onde quer que a plataformização avance, está, gradativamente, sendo absorvido pelos interesses de produção e reprodução do capital, buscando o aumento da produtividade e a intensificação do ritmo de trabalho. Marx (1994, p. 108) caracterizou esse processo como subsunção real do trabalho ao capital.

Essa situação está diretamente vinculada, por um lado, às transformações do Estado na sua forma de governar, incorporando mecanismo da administração privada, delegando ao empresariado a tarefa indireta ou mesmo direta de gestão da educação e das escolas públicas, o que se tem convencionado denominar de Nova Gestão Pública.

Por outro lado, a introdução das novas tecnologias de aprendizagem produz alterações nos ritmos de trabalho, na organização individualizada e concorrente das atividades docentes e no incremento do trabalho morto em oposição ao trabalho vivo, único capaz de criar valor novo. Por esse mecanismo, consolida-se, de acordo com Marx (1994, p. 109), a “predominância do trabalho passado sobre o trabalho vivo”, agudizando

as contradições internas do capitalismo e alargando as condições para eclosão de crises dentro da própria crise estrutural do capital (Mészáros, 2009).

Da mesma forma, submetidos à imposição de metas incapazes de serem alcançadas sem que se coloque em risco a saúde física e mental, a convivência social e familiar e, fundamentalmente, a vida dos professores, verifica-se um estreitamento entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. Isso ocorre porque, de acordo com Antunes (2022, p. 29), “as metas ou são preestabelecidas ou se encontram interiorizadas nas subjetividades” dos professores, por óbvio, não sem as práticas assediadoras que têm agravado o quadro de adoecimento psíquico do magistério. Nisso, chefias, direções de escola e a cumplicidade de colegas professores, andam de mãos dadas com o controle e o monitoramento impostos pelos governos.

A dissipação da fronteira entre tempo de trabalho e tempo de vida eleva a jornada de trabalho, uma vez que muitos professores, açoitados pelo assédio constante e pressionados em sua renda por políticas de bonificação, não raras vezes executam atividades relacionadas às PDA ou de registro burocrático para além de sua jornada de trabalho.

Frente a todo esse processo, faz-se necessário levantar algumas questões relacionadas às condições de venda da nossa força de trabalho. Quando nós, professores e alunos, alimentamos as plataformas, criamos conteúdos novos, no espaço limitadíssimo que nos restou de autonomia e criatividade, não estaríamos fornecendo dados para essas empresas venderem posteriormente como mercadoria? Quando criamos uma aula ou uma avaliação e as postamos nestas ferramentas, não estaríamos alimentando tais plataformas e garantido seus lucros com os dados por nós fornecidos? Se o fruto da nossa ideação e objetivação, da nossa criatividade, está sendo apropriado por estas empresas, não deveríamos estar sendo pagos por esse trabalho?

Uberização do Trabalho Docente

A uberização, termo derivado da lógica de trabalho aplicada por empresas como a Uber, descreve a precarização e a flexibilização extrema do trabalho, onde o vínculo

formal é enfraquecido e a segurança laboral é substituída por uma relação marcada pela instabilidade. Na educação, a uberização se manifesta através de contratos temporários, carga horária reduzida, remuneração variável, intensificação do trabalho.

As pesquisas sobre as transformações no processo de trabalho docente têm evidenciado profundos impactos em direção à perda da autonomia sobre os meios e os fins do processo educacional, bem como expropriação do saber docente, movimento alinhado às plataformas de gestão, à padronização de currículos nacionais de caráter puramente prescritivos, como a BNCC, e às avaliações externas (Previtali; Fagiani, 2020).

Juntas, as ferramentas de gestão, as plataformas educacionais e as avaliações externas vinculadas às metas, expressam uma das características centrais da uberização: o caráter de controle e vigilância sobre o nosso trabalho. A partir da Prova Paraná, nós precisamos organizar nossas aulas e, do seu resultado, devemos reorganizar nosso planejamento.

As ferramentas de gestão, por sua vez, acarretam acúmulo de novas funções, visto que todos os registros burocráticos do dia a dia da nossa atividade estão, agora, sob nossa responsabilidade. A ausência de registros sobre o nosso comparecimento ou justificativas de ausências, impacta em punição e descontos.

Na rede estadual do Paraná, a plataformização tem resultado na intensificação da jornada e na criação de categorias de docentes com papéis específicos dentro do sistema de plataformas, variando apenas sua nomenclatura: "embaixadores", "multiplicadores", "tutores". Esses "professores" são responsáveis por difundir e orientar o conjunto do magistério estadual quanto ao uso das PDA. Além disso, são os responsáveis por cobrar aqueles que não atingem as metas.

Para tanto, esses agentes intermediários da plataformização contam com informações atualizadas regularmente por meio de uma ferramenta de inteligência empresarial de análise de dados, o Power Business Intelligence, da Microsoft. Tal mecanismo é capaz de transformar uma imensa quantidade de dados, fornecidos por cada uma das escolas estaduais, por cada um dos professores e professoras da rede, em informações coerentes.

O Power BI fornece relatórios diários sobre frequência dos alunos e de acesso a cada uma das plataformas, mas, fundamentalmente, ranqueia os professores, por cores, de acordo com a produtividade de cada um. Os menos “produtivos” são destacados com a cor vermelha. O mesmo ocorre com alunos e turmas. É a partir desse conjunto de dados que chefias atuam para pressionar equipes diretivas e pedagógicas, que, por sua vez, são instigadas contra os professores e professoras da rede estadual do Paraná.

Para atingir as metas, os programas de formação continuada ofertados pelo governo têm se voltado para a execução de práticas educativas centradas na utilização das plataformas. O objetivo é que os próprios professores se tornem agentes de propaganda, disseminadores dessas ferramentas.

Esta é a “janela de oportunidades” (Souza; Evangelista, 2020) a qual Jorge Lemann, da Fundação Lemann e do Movimento Pela Base Nacional, referiu-se enquanto o Brasil chegava a quase 700 mil mortes por covid-19. A pandemia foi a janela de oportunidades do capital para a sua expansão sobre a educação pública. Basta acessar uma plataforma de vídeo para encontrar uma infinidade de tutoriais produzidos por professores do Brasil todo sobre como utilizar todos os apetrechos da Google, Microsoft, etc., as quais não tiveram gastado algum com propaganda, remuneração, formação e tudo o mais.

Em um universo de pouco mais de 2 milhões de professores, quantos desses não acabaram produzindo conteúdo para ensinar como postar um formulário no Class? Quantos mais não consumiram esse conteúdo? Quantos outros não se sentiram pressionados a adquirir um celular, um tablete ou um PC mais moderno para que pudessem dar conta dos desafios impostos pela pandemia à educação pública?

Evidentemente que esta situação se restringe a um primeiro momento no qual os governos estaduais ainda não haviam transformado a plataformização das suas redes de ensino em prioridade. Superada a tragédia pandêmica, a submissão da educação pública às ferramentas digitais de aprendizagem e de gestão tem se convertido em uma das principais fontes de gastos do dinheiro público.

O impacto dessa uberização vai além das condições de trabalho. O modelo se estende para a própria estrutura da escola, onde a função do professor se reduz a um papel

de executor de tarefas mecânicas e reproduzidor de conteúdos pré-definidos no RCO+Aulas. As relações pedagógicas são esvaziadas de sentido, uma vez que a principal preocupação do setor pedagógico é, para além da presença do estudante na escola, o acesso às plataformas.

Reconversão e controle do trabalho docente

Os professores da rede estadual do Paraná vêm passando por uma reconversão significativa do seu trabalho, onde não só as práticas, mas também as identidades e responsabilidades dos professores são transformadas (Shiroma; Evangelista, 2015). Esse processo envolve uma formação continuada que, em vez de estimular o pensamento crítico, a produção de conhecimento e a elaboração de atividades que despertem a criatividade dos estudantes, concentra-se em adaptar os professores às demandas das plataformas digitais.

Essa reconversão é marcada, como dito anteriormente, pela retirada de professores da sala de aula para exercerem atividades diretamente relacionadas às plataformas e pela estipulação de metas, gerando um ambiente de controle ideológico e uniformização das práticas pedagógicas. Aqui se alinham, novamente, currículo único, plataformas, avaliações externas, principalmente a Prova Paraná e o livro didático escolhido pela própria secretaria de educação.

A formação focada na prática, desconectada de teorias e discussões amplas, reforça um ambiente de conformidade e obediência, onde o professor é treinado para utilizar as plataformas de maneira mecânica. Além disso, a participação quase obrigatória nos cursos de formação continuada está vinculada diretamente à classificação dos docentes para a escolha de suas turmas no início de cada ano letivo, incentivando uma cultura de medo e competitividade.

Ao institucionalizar essa lógica, a plataformização tem comprometido a gestão democrática das escolas, atacando a autonomia pedagógica e promovendo uma cultura de controle e punição. As bonificações concedidas às direções de escola e as metas impostas aos professores criam um ambiente que privilegia a produtividade em detrimento da

aprendizagem. Não importa se o aluno está aprendendo ou não, mas sim o quanto ele acessa as plataformas. Sintomático dessa situação é a constatação, por parte dos professores, de que tais plataformas não garantem a aprendizagem dos alunos, esvaziam os conteúdos das disciplinas, provocam tensões desnecessárias entre alunos e professores e impactam negativamente para o ambiente de trabalho.

Para melhor ilustrar o problema, transcrevo aqui situações que vêm se tornando corriqueiras em nossas escolas. Muitos alunos, quando no laboratório de informática, sentam-se em grupos e, no momento de responder as questões de múltipla escolha em alguma plataforma, cada um deles marca uma alternativa diferente e aquele que acertar fala a alternativa correta para a turma toda. Outros utilizam a busca por imagem para encontrar, via Google, a resposta correta, para depois assinalá-la na plataforma.

Na plataforma Redação Paraná, os alunos simplesmente copiavam redações prontas de qualquer site e colavam na plataforma. Depois que o governo bloqueou tal possibilidade, eles passaram a copiar, no caderno, fragmentos de textos de sites diferentes para depois transcrevê-los para a plataforma. Agora, com a massificação das inteligências artificiais, ficou ainda mais fácil burlar não só a Redação Paraná como todas as demais.

Intrigados com a engenhosidade, professores têm pegado as questões das plataformas as quais todos os alunos “acertam”, e as colocam em uma prova. O resultado é previsível, pois, para o governo o que importa é o acesso e não a aprendizagem. Como o que importa são os dados de acesso, os professores reclamam da falta de tempo para explicar os conteúdos. Da mesma forma, os professores de redação, quando lhes sobra tempo, fazem os alunos redigirem seus textos em sala.

Plataformização na Disciplina de História

Assim como nas demais disciplinas, História sente os reflexos da plataformização, primeiramente, a partir do currículo único nacional, a BNCC, que define como um dos objetivos da disciplina o desenvolvimento de uma pretensa “atitude historiadora” nos estudantes. Soma-se à BNCC, a Prova Paraná, a imposição do mesmo livro didático da disciplina para todas as escolas e o Registro de Classe Online (RCO). É por meio do RCO



que ocorre a vinculação com outras plataformas, como Google Forms, Apresentação, youtube, Quizzes, Desafio Paraná, e às aulas prontas baseadas no livro didático.

A padronização do currículo e sua vinculação às avaliações externas têm enfraquecido as possibilidades de um ensino voltado para a análise crítica do passado e do presente, dando lugar a uma abordagem superficial e desconectada da realidade dos alunos. Se nos prendermos àquilo que o governo impõe, nossas aulas se transformam em mera reprodução de conteúdos, como se estivéssemos dando aula ao estilo de cursinhos preparatórios para o vestibular, sendo cada aula destinada, de acordo com o RCO, a um novo tema.

A nossa autonomia e a capacidade de reflexão são desconsideradas em um sistema que prioriza a utilização das plataformas em detrimento da aprendizagem, como dito anteriormente. O impacto disso é uma educação menos humana, menos próxima das vivências e da diversidade de alunos, que, por sua vez, se tornam apenas mais um dado a ser analisado dentro das métricas de desempenho das ferramentas digitais.

Outro grave problema tem sido a redução do número de aulas de História na grade curricular do ensino fundamental II e do ensino médio, o que limita significativamente a possibilidade de abordar conteúdos com profundidade e reflexão. Com a redução do número de aulas por semana, de 3 para 2, os professores de História precisam assumir mais turmas para completar sua carga de trabalho. Se antes ele poderia pegar apenas 5 turmas para completar suas 20 horas de trabalho, agora é obrigado a atuar em oito.

Considerações

A plataformização da educação está assumindo a centralidade das ações governamentais para a educação pública e, ao mesmo tempo, tem se convertido em tema de pesquisas e análises acadêmicas. Os governos têm seus objetivos muito claros, assim como as empresas que fornecem os softwares e hardwares. Mas, quanto aos professores e professoras da educação básica, conseguem medir os impactos dessas tecnologias no seu trabalho e na sua vida?

Entre o entusiasmo irrefletido e a obstacularização consciente ou não, há aqueles que se colocam plenamente a favor, buscando caminhos alternativos para usá-las mesmo que sem estrutura alguma, e há aqueles que vislumbram a possibilidade de subvertê-las para um uso mais crítico. Contudo, nenhuma destas perspectivas dá conta do problema central da uberização do trabalho docente e da plataformização da aprendizagem. Não só estamos realizando atividades para além da nossa jornada contratual como também gratuitamente, uma vez que produzimos mercadorias – sejam os dados sejam os conteúdos escolares e atividades avaliativas – sem que sejamos remunerados por isso.

A plataformização da educação na rede estadual do Paraná é uma manifestação do capitalismo de plataforma. Com suas práticas de controle e padronização, ela impõe um modelo de ensino que não só precariza e intensifica o trabalho docente, mas também compromete a qualidade da educação. Da mesma forma, para além da perda da autonomia para os docentes e da perda de significado para o aluno, uma vez que o currículo não dialoga com a sua realidade, as metas e resultados apagam a identidade de classe minando as bases para a solidariedade entre os professores.

Estamos diante de um processo de reconfiguração da dominação do capital que extrapola a esfera política. Essas mudanças são estruturais ao próprio sistema capitalista, que busca se perpetuar e intensificar seu domínio através da adaptação e incorporação das tecnologias digitais. Se não compreendermos o real significado destas transformações, corremos o sério risco de naturalizar formas mais sutis de exploração e controle social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). Tradução: Jesus Ranieri. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.103-110. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/18760/13274>. Acesso em 06 out. 2024.

PREVITALI, Fabiane; FAGIANI, Cílon. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, R. (org). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 217-235.



SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 14 out. 2024.

SOUZA, Artur; EVANGELISTA, Olinda. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. *Contrapoder*. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 13 out. 2024.